

ESTADO DO RÍO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS COMISSÃO PERMANENTE DE TRABALHO E DEFESA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PARECER FAVORÁVEL Nº 3663/2023

REFERÊNCIA: INDICAÇÃO LEGISLATIVA - PROCESSO N. 5354/2022

RELATOR: JULIA CASAMASSO

Ementa: INDICA AO EXECUTIVO MUNICIPAL A NECESSIDADE DO ENVIO DE PROJETO DE LEI A ESTA CASA LEGISLATIVA DISPONDO SOBRE A CARGA HORÁRIA E O VALOR DE REMUNERAÇÃO DO VENCIMENTO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS.

EMENTA: "INDICA AO EXECUTIVO MUNICIPAL A NECESSIDADE DO ENVIO DE PROJETO DE LEI A ESTA CASA LEGISLATIVA DISPONDO SOBRE A CARGA HORÁRIA E O VALOR DE REMUNERAÇÃO DO VENCIMENTO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS"

I - RELATÓRIO

Trata-se de parecer da Comissão de **Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos** acerca da Indicação Legislativa da Ilma.Sr^a. Vereadora Gilda Beatriz que "INDICA AO EXECUTIVO MUNICIPAL A NECESSIDADE DO ENVIO DE PROJETO DE LEI A ESTA CASA LEGISLATIVA DISPONDO SOBRE A CARGA HORÁRIA E O VALOR DE REMUNERAÇÃO DO VENCIMENTO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS ."

II - FUNDAMENTO

Inicialmente, cabe esclarecer que, de acordo com o artigo 35, inciso IX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente, em referência, da Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos:

- Art. 35. Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:
- VI Da Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos:
- a) opinar sobre proposições relativas a:
- 1 estudo e métodos de criação do trabalho e emprego;
- 2 ministrar palestras sobre formas de qualificação da mão de obra:
- 3 promover iniciativas, campanhas e qualificações para o trabalho:
- 4 receber reclamações e encaminhá-las aos órgãos competentes;
- 5 estudar, participar de conferências, debater, emitir pareceres técnicos e adotar as medidas cabíveis na sua esfera de atribuição;
- 6 convocar audiências públicas sobre o trabalho e emprego;

Página: 1

- 7 fiscalizar os direitos dos trabalhadores:
- 8 orientar os trabalhadores:
- b) proposições e matérias relacionadas com a política municipal dos Servidores Públicos ou a eles referentes, em particular:
- 1 regime jurídico e planos de carreira;
- 2 direitos, vantagens e deveres;
- 3 previdência e assistência social:
- 4 cessão a empresas ou entidades públicas ou privadas;
- 5 concurso público.

JUSTIFICA A AUTORA:

"Esta iniciativa objetiva adequar a carga horária e o valor de remuneração do vencimento do Intérprete de Libras de acordo com a Lista de Referência de Honorários da FEBRAPILS – Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores Intérpretes e Guia intérpretes de Língua de Sinais, associação de classe da categoria. Cabe informar que o Tradutor Intérprete de Libras é uma profissional regulamentado pela Lei Federal 12.319/2010."

A matéria aqui discutida é **CONSTITUCIONAL** e encontra amparo no Art. 59 da Lei Orgânica do Município (LOM) de Petrópolis, que versa sobre a iniciativa legislativa dos parlamentares devidamente investidos por esta Casa.

"Art. 59. A Iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, Comissão Permanente da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, sendo que estes últimos a exercerão sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município no último pleito eleitoral, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica."

Portanto, não há qualquer dúvida de que a indicação legislativa é Constitucional e em conformidade com a Legislação local, constituindo proposta de interesse público. Sendo assim, não vislumbro qualquer impedimento para sua tramitação.

III - PARECER DA COMISSÃO:

Assim, diante de todo o exposto, a Comissão de Trabalho e Defesa dos Servidores Públicos (**Presidente**), manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação da referida proposição legislativa, uma vez que guarda conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

Sala das Comissões em 08 de Maio de 2023

Página: 1

Mour DR. MAUROPERALTA Coulde